



Aut. 35/98

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI 47 /98

Dispõe sobre concessão de REAJUSTE DE 9%, ABONO SALARIAL, CESTA BÁSICA, e INCORPORAÇÃO SALARIAL aos Servidores Públicos Municipais, para os mes de MAIO/98.

Dr.Vito Ardito Lerário, Prefeito Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba aprova e ele promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Ficam majorados os vencimentos e vantagens pecuniárias dos Servidores Públicos Municipais em 9% (nove por cento) a partir de 1º de maio de 1998.

§ 1º - Todos os servidores municipais, receberão um Abono de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), para o mes de maio de 1998.

§ 2º - Os Servidores ocupantes dos cargos abaixo descritos, perceberão, além do abono mencionado no parágrafo 1º do presente artigo, abono complementar no valor de R\$ 20,00 (vinte reais):

Coordenador Pedagógico	- ref.: 36
Coordenador Serviço Educação	- ref.: 33
Professor I	- ref.: 18
Professor II	- ref.: 20
Professor III	- ref.: 22
Professor IV	- ref.: 24
Professor V	- ref.: 26
Professor Educação Física Pleno	- ref.: 22
Prof.Educação Física Senior	- ref.: 25
Técnico Desportivo Junior	- ref.: 18
Técnico Desportivo Pleno	- ref.: 21

A P R O V A D O
POR *unanimidade*
EM 25/ 05 /98

etc

PALACETE 10 DE JULHO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

§ 3º - Os ABONOS de que trata a presente lei não integrarão os vencimentos para fins de outras vantagens salariais.

Artigo 2º - Aos servidores ocupantes dos cargos abaixo descritos, além da majoração terão incorporados aos seus salários os valores relacionados a saber:

Ref: 08 - R\$ 7,79

Ref: 09 - R\$ 5,20

Ref: 10 - R\$ 2,45

Artigo 3º - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a adquirir gêneros alimentícios, mediante licitação, destinados à doação aos Servidores Municipais, como CESTA BÁSICA.

Artigo 4º - A concessão de abono salarial de que trata o parágrafo 1º, e cesta básica mencionada no artigo 3º, abrangerá todas as categorias dos cargos e funções do pessoal efetivo, os de provimento em comissão, os estatutários ou regidos pela C.L.T., os ativos e inativos, pensionistas e estagiários, da Administração direta ou indireta, que percebam os benefícios pelos cofres municipais.

Artigo 5º - Fica alterada a Tabela de Vencimento integrante da Lei nº 3.319 de 28 de maio de 1997.

Artigo 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente, que se necessário, poderão ser suplementadas mediante Decreto do Executivo.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Pindamonhangaba, 20 de maio de 1998.

Vito Ardito Lerário
Prefeito Municipal

PRJ/jslopes

PALACETE 10 DE JULHO